

MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO

Relatório de Gestão – Ano de 2015



abril de 2016

ÍNDICE

Introdução	2
1 – Situação económica relativa ao exercício	3
1.1 – Análise da Execução Orçamental	3
1.2 – Análise da receita corrente	4
1.3 – Análise da receita de capital	5
1.4 – Análise da despesa corrente	5
1.5 – Análise da despesa de capital	7
1.6 - Análise do Plano Plurianual de Investimentos	8
1.7 – Análise das Grandes Opções do Plano	9
1.8 – Análise dos custos e proveitos	10
1.9 – Contabilidade Analítica	11
2 – Situação Financeira e Patrimonial	12
2.1 - Dívidas de terceiros a curto, médio e longo prazo	12
2.2 - Dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo	12
2.3 – Limites ao Endividamento	13
3 – Equilíbrio Orçamental	16
4 – Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	16
5 - Proposta fundamentada de aplicação de resultados	17
6 - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	17
7 – Disposição Final	19

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2015

INTRODUÇÃO

Para cumprimento do determinado no nº 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº 54-A/98, de 22 de Fevereiro (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente relatório de Gestão referente ao ano de 2015.

O Relatório de Gestão tem por finalidade complementar os Documentos da Prestação de Contas da atividade deste executivo camarário, de acordo com o POCAL.

Pretende evidenciar a situação económica e financeira relativamente ao exercício findo, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetos inicialmente aprovados.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, o relatório a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício;
- b) Uma síntese da situação financeira da Autarquia;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação de resultados;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Em conformidade com o definido na lei, o relatório de gestão estrutura-se da seguinte forma:

- 1 – Situação económica relativa ao exercício
 - 1.1 – Análise da Execução Orçamental
 - 1.2 – Análise da receita corrente
 - 1.3 – Análise da receita de capital
 - 1.4 – Análise da despesa corrente
 - 1.5 – Análise da despesa de capital
 - 1.6 - Análise do Plano Plurianual de Investimentos
 - 1.7 – Análise das Grandes Opções do Plano
 - 1.8 – Análise dos custos e proveitos do exercício
- 2 – Análise da Situação Financeira e Patrimonial
 - 2.1 - Dívidas de terceiros a curto, médio e longo prazo
 - 2.2 - Dívidas a terceiros a curto, médio e longo prazo
 - 2.3 - Limites ao Endividamento
- 3 – Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)
- 4 - Proposta fundamentada de aplicação de resultados
- 5 - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício
- 6 – Disposição Final

1. Situação Económica Relativa ao Exercício

1.1 - Análise da Execução Orçamental

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2015, correspondeu em relação aos objetivos traçados no orçamento às seguintes taxas de execução:

- Foi atingido um grau de **execução do orçamento da despesa de 83,88%**, a que corresponde um montante de despesa de 10.242.294,37 €.

- **As despesas de capital** apresentam um **grau de execução de 67,25%**, correspondendo 2.897.168,40 €.

- **As despesas correntes** apresentam um **grau de execução de 92,94 %**, a que corresponde um montante de 7.345.125,97 €.

(Grau de execução do Orçamento)

Despesa	Dotação (€)	Execução (€)	Grau Execução
Despesa corrente	7.902.955,13 €	7.345.125,97 €	92,94%
Despesa capital	4.308.183,07 €	2.897.168,40 €	67,25%
TOTAL Despesa	12.211.138,20 €	10.242.294,37 €	83,88%

Receita	Previsão (€)	Execução (€)	Grau Execução
Receita corrente	8.974.234,26 €	8.851.210,96 €	98,63%
Receita capital	1.958.270,08 €	1.754.242,92 €	89,58%
Outras Receitas	1.278.633,86 €	1.278.633,86 €	100,00%
TOTAL Receita	12.211.138,20 €	11.884.087,74 €	97,32%

Em termos de execução propriamente dita, constata-se que:

- **As despesas de capital correspondem a 28,29 %** das despesas totais da autarquia,
- **As receitas de capital correspondem a 16,54 %** das receitas totais da autarquia.

Tipo	Receitas	Grau %	Despesas	Grau %
Correntes	8.851.210,96 €	83,46%	7.345.125,97 €	71,71%
Capital	1.754.242,92 €	16,54%	2.897.168,40 €	28,29%
Totais	10.605.453,88 €	100%	10.242.294,37 €	100%

Relativamente ao ano de 2014, constata-se ao nível da despesa, uma diminuição de 181.102,39 €, conforme quadro seguinte, com enfoque para as despesas de capital.

Ano	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
2014	7.392.096,98 €	3.031.299,78 €	10.423.396,76 €
2015	7.345.125,97 €	2.897.168,40 €	10.242.294,37 €
Variação	- 46.971,01 €	- 134.131,38 €	- 181.102,39 €

Comparativamente ao ano de 2014, a receita global da autarquia diminuiu em 380.173,96 €.

A receita corrente diminuiu em 230.970,77 €, enquanto a receita de capital diminuiu em 149.203,19 €.

Ano	Receita Corrente	Receita de Capital	Total
2014	9.082.181,73 €	1.903.446,11 €	10.985.627,84 €
2015	8.851.210,96 €	1.754.242,92 €	10.605.453,88 €
Varição	- 230.970,77 €	- 149.203,19 €	- 380.173,96 €

A diminuição das receitas correntes deve-se essencialmente à diminuição das transferências de capital de entidades externas, nomeadamente dos fundos comunitários e pelo fato de em 2014 ter terminado o contrato de compensação financeira celebrado com a EDP para um conjunto de investimentos. Ao nível da receita corrente, diminuíram todas face ao ano de 2014, com exceção das receitas dos Fundos Municipais e da venda de bens e serviços.

1.2 - Análise da Receita Corrente

Da análise da receita corrente total de 8.851.210,96 €, podemos constatar que as mais significativas são as provenientes das Transferências de diversas entidades, representando 70,92 % da totalidade, das quais 95,76% correspondem aos Fundos Municipais a título de participação nos impostos (FEF, FSM e PIRS). As restantes 4,24% das transferências correntes correspondem a financiamento de projetos municipais, nomeadamente os programas do IEFP, da Direção-Geral Dos Estabelecimentos Escolares.

Receita Corrente	Cobrança Bruta (€)	% na receita corrente
Impostos diretos	899.087,96 €	10,16%
Impostos indiretos	21.443,64 €	0,24%
Taxas, multas e outras penalidades	59.172,06 €	0,67%
Rendimentos de propriedade	899.243,82 €	10,16%
FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro)	5.649.884,00 €	63,83%
FSM (Fundo Social Municipal)	135.613,00 €	1,53%
IRS (Participação no IRS)	225.688,00 €	2,55%
Transferências - Outros	0,00 €	0,00%
Transferências - Serviços e Fundos Autónomos	265.951,25 €	3,00%
Venda de Bens	209.162,46 €	2,36%
Venda de Serviços	466.489,69 €	5,27%
Rendas	0,00 €	0,00%
Outras Receitas Correntes	19.475,08 €	0,22%
Total da Receita Corrente	8.851.210,96 €	100,00%

Relativamente ao ano de 2014, verificou-se a seguinte evolução:

Receita Corrente	2014	2015	Varição
Impostos diretos	1.177.580,23 €	899.087,96 €	-23,6%
Impostos indiretos	22.779,09 €	21.443,64 €	-5,9%
Taxas, multas e outras penalidades	59.730,02 €	59.172,06 €	-0,9%
Rendimentos de propriedade	1.079.805,23 €	899.243,82 €	-16,7%
Transf. - Fundos Municipais	5.688.037,00 €	6.011.185,00 €	5,7%
Transf. - Outros	33.465,00 €	0,00 €	-100,0%
Transf. - União Europeia	0,00 €	0,00 €	0,0%
Transf – Serv. e Fundos Autónomos	394.120,49 €	265.951,25 €	-32,5%
Venda de Bens	199.657,21 €	209.162,46 €	4,8%
Venda de Serviços	403.013,56 €	466.489,69 €	15,8%
Outras Receitas Correntes	23.993,90 €	19.475,08 €	-18,8%
Total da Receita Corrente	9.082.181,73 €	8.851.210,96 €	-2,5%

De salientar o aumento da transferência corrente, via Fundos Municipais, isto é, do orçamento de estado e das receitas com a venda e prestação de serviços.

1.3 - Análise da Receita de Capital

Da análise da receita de capital, constata-se que as mais significativas são as provenientes do Orçamento de Estado.

Receita de Capital	Cobrança (€)	% na receita de capital
Venda de Bens de Investimento	566.000,00 €	32,26%
Transf. – Entidades Privadas	0,00 €	0,00%
FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro)	627.765,00 €	35,79%
Transf - União Europeia	556.403,06 €	31,72%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%
Outras Receitas de Capital	4.074,86 €	0,23%
Total da Receita de Capital	1.754.242,92 €	100,00%

Relativamente a 2014, foi a seguinte evolução das receitas de capital:

Receita de Capital	2014	2015	Varição
Venda de Bens de Investimento	0,00 €	566.000,00 €	#DIV/0!
Transf. – Entidades Privadas	480.000,00 €	0,00 €	-100,0%
Transf. - Fundos Municipais	602.901,00 €	627.765,00 €	4,1%
Transf. - União Europeia	817.562,11 €	556.403,06 €	-31,9%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,0%
Outras Receitas de Capital	2.983,00 €	4.074,86 €	36,6%
Total da Receita de Capital	1.903.446,11 €	1.754.242,92 €	-7,8%

1.4 - Análise da Despesa Corrente

Em termos de despesa corrente as segundas mais significativas destinam-se a financiar despesas com o pessoal, gastando-se 39,35% da despesa corrente. Saliente-se que neste valor para além do pessoal do quadro, estão englobados as despesas com os titulares dos órgãos autárquicos, pessoal contratado, seguros de acidentes em serviço e com a segurança social. As

despesas correntes mais significativas são com a aquisição de bens e serviços, representando 48,74% da despesa corrente.

(Estrutura da despesa corrente)

Despesas Correntes	Execução (€) 2015	% na despesa corrente
Titulares Órgãos Autárquicos	98.958,09 €	1,35%
Pessoal - Quadro	1.410.840,80 €	19,21%
Pessoal - Contrato a Termo	12.354,71 €	0,17%
Pessoal - Outra Situação	205.451,51 €	2,80%
Representação - Membros	20.597,52 €	0,28%
Representação - Quadro	5.422,83 €	0,07%
Suplementos e Prémios	0,00 €	0,00%
Subsidio Refeição - Quadros	134.906,38 €	1,84%
Subsidio Refeição - Outra Situação	10.004,61 €	0,14%
Subsidio Refeição - Membros	3.253,74 €	0,04%
Subsidio Ferias e Natal - Quadros	240.526,17 €	3,27%
Subsidio Ferias e Natal - Outra Situação	21.051,17 €	0,29%
Abonos Variáveis e Eventuais	78.737,75 €	1,07%
Segurança Social	647.868,74 €	8,82%
Aquisição de Bens	575.405,10 €	7,83%
Aquisição de Serviços	3.004.902,39 €	40,91%
Juros e Outros Encargos	253.237,67 €	3,45%
Juros empréstimos Bancários	154.975,98 €	2,11%
Outros Juros	98.261,69 €	1,34%
Transferências Correntes	514.770,90 €	7,01%
Subsídios	52.834,41 €	0,72%
Outras Despesas Correntes	54.001,48 €	0,74%
Total da Despesa Corrente	7.345.125,97 €	100,00%

Comparativamente a 2014, verifica-se, que a despesa corrente diminuiu 0,60%.

O quadro seguinte é exemplificativo da evolução da despesa corrente.

Despesas Correntes	2014	2015	Variação
Titulares Órgãos Autárquicos	98.321,41 €	98.958,09 €	0,6%
Pessoal - Quadro	1.447.664,01 €	1.410.840,80 €	-2,5%
Pessoal - Contrato a Termo	12.970,36 €	12.354,71 €	-4,7%
Pessoal - Outra Situação	343.718,51 €	205.451,51 €	-40,2%
Representação - Membros	20.398,07 €	20.597,52 €	1,0%
Representação - Quadro	4.133,20 €	5.422,83 €	31,2%
Subsidio Refeição	188.200,25 €	148.164,73 €	-21,3%
Subsidio Ferias e Natal	271.344,55 €	261.577,34 €	-3,6%
Abonos Variáveis e Eventuais	78.161,36 €	78.737,75 €	0,7%
Segurança Social	664.274,11 €	647.868,74 €	-2,5%
Aquisição de Bens	589.157,36 €	575.405,10 €	-2,3%
Aquisição de Serviços	2.840.429,43 €	3.004.902,39 €	5,8%
Juros empréstimos Bancários	216.957,77 €	154.975,98 €	-28,6%
Outros Juros	37.332,87 €	98.261,69 €	163,2%
Transferências Correntes	451.457,01 €	514.770,90 €	14,0%
Subsídios	82.320,42 €	52.834,41 €	-35,8%
Outras Despesas Correntes	45.256,29 €	54.001,48 €	19,3%
Total da Despesa Correntes	7.392.096,98 €	7.345.125,97 €	-0,6%

1.5 - Análise da Despesa de Capital.

Na despesa de capital a maior fatia destina-se a investimentos, com 49,46%. Depois as mais representativas destinam-se à amortização de passivos financeiros (34,90%).

Despesas de Capital	Valor de Execução (€)	% na despesa de capital
Aquisição de Bens de Capital	1.432.887,97 €	49,46%
Transferências de capital	285.516,77 €	9,86%
Ativos Financeiros	77.657,00 €	2,68%
Passivos Financeiros	1.011.012,11 €	34,90%
Outras Despesas de Capital	90.094,55 €	3,11%
Total despesas Capital	2.897.168,40 €	100,00%

Comparativamente a 2014, as despesas de capital diminuíram **134.131,38 €**. A diminuição mais significativa prende-se com a rubrica de Aquisição de Bens de Capital, ao que não será estranho o fato de terem diminuído as transferências de capital destinadas a Investimentos e ao início tardio do Portugal2020.

Despesas de Capital	2014	2015	Varição
Aquisição de Bens de Capital	1.837.913,11 €	1.432.887,97 €	-22,0%
Transferências de capital	63.048,71 €	285.516,77 €	352,9%
Ativos Financeiros	0,00 €	77.657,00 €	#DIV/0!
Passivos Financeiros	1.130.337,96 €	1.011.012,11 €	-10,6%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	90.094,55 €	#DIV/0!
Total despesas Capital	3.031.299,78 €	2.897.168,40 €	-4,4%

1.6 - Análise do Plano Plurianual de Investimentos.

Os maiores investimentos foram canalizados para a execução de investimentos nas funções de Administração Geral, seguindo-se os investimentos na área dos transportes rodoviários e na área do desporto.

QUADRO RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR FUNÇÕES				
CÓDIGO	FUNÇÕES		Valor (Euros)	%
1.	Funções Gerais			
1.1.0.	Serviços Gerais de Administração Pública			
1.1.1.	Administração Geral	613.673,38		
1.2.0.	Segurança e Ordem Pública			
1.2.1.	Proteção Civil e Luta contra Incêndios			
1.2.2.	Polícia Municipal		613.673,38	40,63%
2.	Funções Sociais			
2.1.0.	Educação			
2.1.1.	Ensino não Superior	5.891,70		
2.2.0.	Saúde			
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	0,00		
2.3.0.	Segurança e Ação Sociais			
2.3.1.	Segurança Social	0,00		
2.3.2.	Ação Social	0,00		
2.4.0.	Habitação e Serviços Coletivos			
2.4.1.	Habitação	0,00		
2.4.2.	Ordenamento do Território	10.332,35		
2.4.3.	Saneamento	49.398,75		
2.4.4.	Abastecimento de Água	46.545,21		
2.4.5.	Resíduos Sólidos	0,00		
2.4.6.	Proteção do meio Ambiente e conservação da Natureza	0,00		
2.5.0.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos			
2.5.1.	Cultura	0,00		
2.5.2.	Desporto, Recreios e Lazer	196.448,21		
2.5.3.	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	308.616,22	20,43%
3.	Funções Económicas			
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	35.000,00		
3.2.0.	Indústria e Energia	84.481,20		
3.3.0.	Transportes e Comunicações			
3.3.1.	Transportes Rodoviários	317.128,58		
3.3.2.	Transportes Aéreos	0,00		
3.3.3.	Transportes Fluviais	0,00		
3.4.0.	Comércio e Turismo			
3.4.1.	Mercados e Feiras	0,00		
3.4.2.	Turismo	73.988,59		
3.5.0.	Outras Funções Económicas	0,00	510.598,37	33,80%
4.	Outras Funções			
4.2.	Transferências entre Administrações			
4.2.0.	Transferências entre Administrações	77.657,00	77.657,00	5,14
		TOTAIS:	1.510.544,97	100,00%

1.7 - Análise das Grandes Opções do Plano.

Da análise das Grandes Opções do Plano, que inclui para além das despesas de Investimento (PPI), as transferências para outras instituições, operações da dívida pública e as despesas correntes imputadas diretamente às funções, constata-se que dos 4.824.845,92 €, 34,47 % são canalizados para as operações da dívida pública e transferências para outras instituições, 29,92 % para as Funções Sociais, e 19,73 % para as funções económicas.

QUADRO RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR FUNÇÕES				
CÓDIGO	FUNÇÕES		Valor (Euros)	%
1.	Funções Gerais			
1.1.0.	Serviços Gerais de Administração Pública			
1.1.1.	Administração Geral	613.673,38		
1.2.0.	Segurança e Ordem Pública			
1.2.1.	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	152.550,76		
1.2.2.	Polícia Municipal		766.224,14	15,88%
2.	Funções Sociais			
2.1.0.	Educação			
2.1.1.	Ensino não Superior	5.891,70		
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	340.013,94		
2.2.0.	Saúde			
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	0,00		
2.3.0.	Segurança e Ação Sociais			
2.3.1.	Segurança Social	0,00		
2.3.2.	Ação Social	17.777,55		
2.4.0.	Habituação e Serviços Coletivos			
2.4.1.	Habituação	0,00		
2.4.2.	Ordenamento do Território	45.892,10		
2.4.3.	Saneamento	49.398,75		
2.4.4.	Abastecimento de Água	54.176,89		
2.4.5.	Resíduos Sólidos	583.388,51		
2.4.6.	Proteção do meio Ambiente e conservação da Natureza	0,00		
2.5.0.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos			
2.5.1.	Cultura	106.563,70		
2.5.2.	Desporto, Recreios e Lazer	240.633,21		
2.5.3.	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	1.443.736,35	29,92%
3.	Funções Económicas			
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	35.000,00		
3.2.0.	Indústria e Energia	479.441,37		
3.3.0.	Transportes e Comunicações			
3.3.1.	Transportes Rodoviários	317.128,58		
3.3.2.	Transportes Aéreos	0,00		
3.3.3.	Transportes Fluviais	0,00		
3.4.0.	Comércio e Turismo			
3.4.1.	Mercados e Feiras	41.680,00		
3.4.2.	Turismo	78.688,59		
3.5.0.	Outras Funções Económicas	0,00	951.938,54	19,73%
4.	Outras Funções			
4.1.0.	Operações da Dívida Pública	1.165.988,09		
4.2.0.	Transferências entre Administrações	496.958,80	1.662.946,89	34,47%
		TOTAIS:	4.824.845,92	100,00%

1.8 - Análise dos custos e proveitos do exercício.

O quadro seguinte demonstra os custos e proveitos incorridos no exercício de 2015 e de 2014, bem como a sua variação.

Código das contas		Exercício		Variação
		2015	2014	
Custos e perdas				
61	Custos das merc. vendidas e das matérias consumidas	420.617,37	390.057,51	30.559,86
62	Fornecimentos e serviços externos	3.027.796,27	2.590.882,52	436.913,75
64	Custos com Pessoal	2.883.854,63	3.098.171,69	-214.317,06
63	Transf. e subs. Corr. concedidos e prest. sociais	557.715,76	422.562,35	135.153,41
66	Amortizações do exercício	2.831.289,79	2.773.437,36	57.852,43
67	Provisões do exercício	0,00	54.337,25	-54.337,25
65	Outros custos e perdas operacionais	236,43	85,85	150,58
68	Custos e perdas financeiras	255.323,62	276.654,89	-21.331,27
69	Custos e perdas extraordinárias	290.165,97	46.742,20	243.423,77
Total de custos e perdas		10.266.999,84	9.652.931,62	614.068,22
Proveitos e ganhos				
7111	Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00
7112+7113	Vendas de produtos	225.057,54	195.220,71	29.836,83
712	Prestações de serviços	468.845,67	385.380,38	83.465,29
72	Impostos e taxas	946.372,95	1.209.930,44	-263.557,49
75	Trabalhos para a própria entidade	- €	- €	- €
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00	- €
74	Transferências e subsídios obtidos	6.973.198,51	6.749.897,17	223.301,34
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	- €	- €	0,00
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.005.484,45	973.272,90	32.211,55
79	Proveitos e ganhos extraordinários	673.551,13	633.406,04	40.145,09
Total de proveitos e ganhos		10.292.510,25	10.147.107,64	145.402,61
Resumo		Exercícios		Variação
		2015	2014	
Resultados operacionais:		-1.108.035,58	-789.105,83	-318.929,75
Resultados financeiros:		750.160,83	696.618,01	53.542,82
Resultados correntes:		-357.874,75	-92.487,82	-265.386,93
Resultado líquido do exercício:		25.510,41	494.176,02	-468.665,61

Salienta-se um aumento dos custos do exercício em relação ao ano anterior em 614.068,22 €, pese embora ter ocorrido uma diminuição nos custos com o pessoal, nos custos financeiros e nas provisões do exercício. Os maiores aumentos de custos registaram-se nos fornecimento de serviços e nas transferências para entidades terceiras, registadas na conta 63 as transferências e os subsídios correntes e na conta 69 as transferências de capital para entidades terceiras com vista ao financiamento dos seus projetos de investimento.

Os proveitos diminuem em relação ao ano anterior em 145.402,61 €, justificados com a diminuição dos proveitos com taxas e impostos.

O resultado líquido apresenta-se positivo em 25.510,41 €.

1.9 – Contabilidade Analítica

Pese embora as limitações da contabilidade analítica que constam do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, constata-se que as funções sociais são as que mais custos

incorporam, absorvendo 5.482.663,29 €, a que corresponde 53,40% dos custos totais apurados no ano de 2015.

97	CUSTOS POR FUNÇÕES	10.266.999,84 €	Peso Relativo
97.1	FUNÇÕES GERAIS	2.324.230,39 €	22,64%
97.1.1	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.057.174,63 €	20,04%
97.1.1.1	ADMINISTRACAO GERAL	2.057.174,63 €	20,04%
97.1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	267.055,76 €	2,60%
97.1.2.1	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	267.055,76 €	2,60%
97.2	FUNÇÕES SOCIAIS	5.482.663,29 €	53,40%
97.2.1	EDUCAÇÃO	286.810,79 €	2,79%
97.2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	115.629,00 €	1,13%
97.2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	171.181,79 €	1,67%
97.2.2	SAÚDE	126.665,69 €	1,23%
97.2.2.0	SAÚDE	126.665,69 €	1,23%
97.2.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	- €	0,00%
97.2.3.2	ACÇÃO SOCIAL	- €	0,00%
97.2.4	HABITAÇÃO E SERVICOS COLECTIVOS	4.204.078,89 €	40,95%
97.2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.609.030,78 €	15,67%
97.2.4.3	SANEAMENTO	490.024,13 €	4,77%
97.2.4.4	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	662.861,13 €	6,46%
97.2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	721.135,25 €	7,02%
97.2.4.6	PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	721.027,60 €	7,02%
97.2.5	SERVICOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	865.107,92 €	8,43%
97.2.5.1	CULTURA	514.394,79 €	5,01%
97.2.5.2	DESPORTO, RECREIO E LAZER	350.713,13 €	3,42%
97.3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.380.795,20 €	13,45%
97.3.1	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	84.711,98 €	0,83%
97.3.1.0	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	84.711,98 €	0,83%
97.3.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	578.542,88 €	5,63%
97.3.2.0	INDÚSTRIA E ENERGIA	578.542,88 €	5,63%
97.3.3	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	439.629,72 €	4,28%
97.3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	439.629,72 €	4,28%
97.3.4	COMÉRCIO E TURISMO	203.997,13 €	1,99%
97.3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	42.169,63 €	0,41%
97.3.4.2	TURISMO	161.827,50 €	1,58%
97.3.5	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	73.913,49 €	0,72%
97.3.5.0	OUTRAS FUNÇÕES ECONOMICAS	73.913,49 €	0,72%
97.4	OUTRAS FUNÇÕES	1.079.310,96 €	10,51%
97.4.1	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	384.531,16 €	3,75%
97.4.1.0	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	384.531,16 €	3,75%
97.4.2	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	692.748,11 €	6,75%
97.4.2.0	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	692.748,11 €	6,75%
97.4.3	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2.031,69 €	0,02%
97.4.3.0	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2.031,69 €	0,02%

2. Situação Financeira e Patrimonial

2.1 – Dívidas de terceiros a curto, médio e longo prazo.

As dívidas de terceiros, apenas de curto prazo, são de 473.625,60 €, referentes 173.074,64 € a clientes, contribuintes e utentes da autarquia, dos quais constituídas provisões para cobranças duvidosas de 16.303,72 €, 86.442,91 € do estado e 214.108,05 € provenientes de projetos com cofinanciamento comunitário.

2.2 – Dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo.

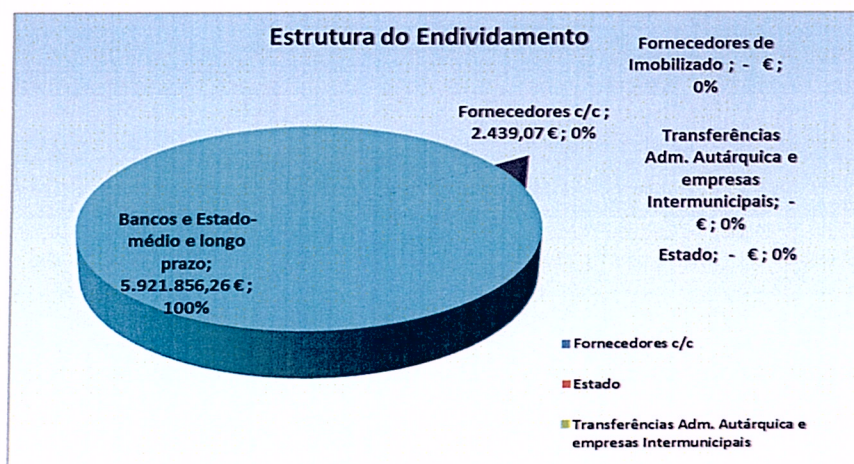
A autarquia termina o ano económico com um stock de dívida orçamental de 5.924.295,33 €, a que corresponde face ao ano anterior a uma diminuição de 1.297.355,95 €. A dívida de curto prazo representa o valor de 2.439,07 € da dívida total.

Na análise, a contribuição para o FAM – Fundo de Apoio Municipal - não é tida em conta, sendo que o valor em dívida em 31/12/2015 é de 465.941,18 €.

O contributo do Município para a subscrição do capital Social do FAM foi fixado em 543.598,18 €, a realizar em 7 anos, com início em 2015, não relevando para os limites de endividamento.

Os montantes de despesa a suportar nos exercícios de 2015 a 2020 são de 77.657,00 € por ano e em 2021 de 77.656,18 €.

Natureza/Ano	2014	2015
Fornecedores c/c (fornecedores de bens e serviços)	288.782,91 €	2.439,07 €
Estado	0,00 €	0,00 €
Transferências Adm. Autárquica e empresas Intermunicipais	0,00 €	0,00 €
Fornecedores de Imobilizado (fornecedores de investimentos)	0,00 €	0,00 €
Empréstimos - Bancos - Curto prazo	0,00 €	0,00 €
Empréstimos - Bancos e Estado - médio e longo prazo	6.932.868,37 €	5.921.856,26 €
Total	7.221.651,28 €	5.924.295,33 €



Do mapa dos empréstimos bancários conclui-se o seguinte:

O montante da dívida de médio e longo prazo, empréstimos bancários e do estado (PREDE e PAEL) reportada a 31/12/2015 é de 5.921.856,26 €, dos quais 364.464,30 €, correspondem a financiamento de investimentos de projetos participados por fundos comunitários e à reparação dos prejuízos resultantes das intempéries ocorridas em 2001.

O quadro seguinte decompõe a dívida de médio e longo prazo por entidades credoras.

Entidades Bancárias	Dívida 31/12/2015
CGD	1.785.260,22 €
BCP/MILLENNIUM	252.610,64 €
NOVOBANCO	88.636,35 €
Caixa Crédito Agrícola	1.039.364,42 €
Direção Geral do Tesouro (Estado)	2.755.984,63 €
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS M/L PRAZOS	5.921.856,26 €

Excluídos do cálculo do limite do endividamento, nos casos em que se aplique a lei 2/2007, de 15 de janeiro, em caso concreto para monitorização do empréstimo de saneamento financeiro e do empréstimo ao abrigo do PAEL, visto terem sido contratados na vigência desta Lei, conforme quadro infra.

CGD – Financiamento de Projetos cofinanciados	72.483,82 €
CGD - Decreto-Lei 38-C/2001	291.980,48 €
Totais	364.464,30 €

2.3 - Limites ao Endividamento

Com a publicação da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que revoga a Lei 2/2007, de 15 de janeiro, o cálculo dos limites de endividamento altera-se, sendo substituído o conceito de endividamento líquido pelo de dívida total de operações orçamentais.

Assim, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O quadro seguinte demonstra o cálculo do limite da dívida total de operações orçamentais que é para 31/12/2015, de 11.955.398,57 €.

Receitas Relevantes para efeitos de cálculo do Limite de Endividamento	Receitas Brutas (1)	Restituições pagos (2)	Receita Líquida (3)=(1)-(2)	Observações
Receitas Correntes do Ano 2012	6.692.543,13	6.708,52	6.685.834,61	
Receitas Correntes do Ano 2013	8.149.297,70	3.460,76	8.145.836,94	
Receitas Correntes do Ano 2014	9.082.181,73	3.056,14	9.079.125,59	
TOTAL DA RECEITA RELEVANTE	23.924.022,56	13.225,42	23.910.797,14	
Média Aritmética da Receita Relevante dos três exercícios anteriores			7.970.265,71	(A)
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL			11.955.398,57	(B) = 1,5 x (A)

O quadro seguinte apresenta a dívida total do Município na data de 01/01/2015 e na data de 31/12/2015, sendo para este último período é de 5.924.295,33 €, excluindo o valor da contribuição para o FAM – Fundo de Apoio Municipal.

Dívida total de Operações Orçamentais	No Início do Período 01-01-2015	No final do período- 31/12/2015	Observações
Administração Autárquica - Curto Prazo			
Associações de Municípios	0,00	0,00	
Empresas Municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	
Empréstimos - Médio e Longo Prazo			
Entidades Bancárias	3.267.464,50	2.801.407,33	
Estado	3.212.122,43	2.755.984,63	
Empréstimos excecionados - Legislação anterior	453.281,44	364.464,30	
Fundo de Apoio Municipal			
Fundo de Apoio Municipal	543.598,18	465.941,18	
Estado			
Contribuições Segurança Social - Entidade	0,00	0,00	
Outras Contribuições	0,00	0,00	
Fornecedores			
Fornecedores Gerais	288.610,77	391,25	
Fornecedoras - faturas em receção e conferência	172,14	2.047,82	
Credores pela execução do Orçamento	0,00	0,00	
Fornecedores de Imobilizado			
Fornecedores de Imobilizado C/c	0,00	0,00	
Fornecedores de Imobilizado- faturas em receção e conferência	0,00	0,00	
Leasing	0,00	0,00	
Outras Dívidas			
Outras	0,00	0,00	
Total da Dívida Orçamental	7.765.249,46	6.390.236,51	
Dívida excecionada para efeitos de cálculo do Limite da Dívida Total			
Fundo de Apoio Municipal	543.598,18	465.941,18	
Total da Dívida Orçamental para efeitos de cálculo do limite ao Endividamento	7.221.651,28	5.924.295,33	(C)

O quadro seguinte demonstra a margem de endividamento do Município que à data de 31/12/2015, é de 7.099.045,73 €

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO - artigo 52º da Lei 73/2013, de 3 de setembro		
Designação	Montante	Observações
Receita Relevante para efeitos de cálculo do limite	11.955.398,57	(D) = (B)
Total da Dívida Orçamental	5.924.295,33	(E) = (C)
APURAMENTO		
Margem	6.031.103,24	Se Limite maior que dívida = (D)-(E)
Excesso		Se Dívida maior que limite = (E)-(D)

O quadro seguinte demonstra a dívida das entidades relevantes para efeitos de aplicação do artigo 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

ENTIDADES DE RELAVANTES PARA EFEITOS DA DÍVIDA TOTAL - artigo 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro

Entidades Societárias	Dívida a incluir	NIPC	Capital Social	Percentagem Participação.
Miranda Cultural e Rural, EM	b) 0	507174763	25.000,00	100%
Miranda Carnes, Lda	20.549,08	503324132	149.639,37	49%
Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal	a)	505542331		Indireta
Entidades Não Societárias	Dívida a incluir	NIPC	Capital Estatutário	Percentagem de imputação.
Associação Nacional de Municípios Portugueses	257,91	501627413	n.a	0,2840%
Associação de Municípios da Terra Fria	47.556,08	504004522	n.a	15,09%
Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos	120.150,64	503518689	n.a	20,39%
Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro	n.a	G09305129	n.a	n.a
Turismo do Porto e Norte de Portugal	n.a	508905435	n.a	n.a
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	338,22	510957544	n.a	9,01%
Duero Douro - Agrupacion Europea de Cooperacion Territorial Duero-Douro	n.a	Q3700306H	n.a	n.a
Corane - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina	n.a	503712914	n.a	Indireta
AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes e Alto Douro	0,00	509620540	20.000,00	Indireta
Zasnet, AECT	n.a	509245846	240.000,00	Indireta
Total da Dívida Orçamental	188.851,93	(F)		

a) - Não aplicável, pela observância da alínea e) do nº 1 do artigo 54º.

b) Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, em caso de reposição do equilíbrio financeiro pela entidade participante, a dívida desta entidade não entra para o comuto global da dívida do Município.

Por fim, o quadro seguinte demonstra a posição do Município face ao endividamento, incluindo o reporte das entidades relevantes para esse efeito. A margem é de 5.842.251,31 €, que no entanto a Lei coloca um “travão”, em que o endividamento só pode aumentar até 20% da margem disponível apurada no início do ano.

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO, incluindo as entidades a que alude o - Nº 1 do artigo 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro

Designação	Montante	Observações
Receita Relevante para efeitos de cálculo do limite	11.955.398,57	(G) = (B)
Total da Dívida Orçamental	6.113.147,26	(H) = (C) + (F)
APURAMENTO		
Margem	5.842.251,31	Se Limite maior que dívida = (G)-(H)
Excesso		Se Dívida maior que limite = (H)-(G)

3. Equilíbrio Orçamental

Em termos de equilíbrio orçamental a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

O Quadro seguinte demonstra o cálculo dos encargos médios com amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, que são para o exercício de 2015, de 968.137,78 €.

Data da aprovação pela Ass.	Data da Contratação do	VISTO DO T.C.		Finalidade do empréstimo	Entidade credora	CAPITAL Contratado (em euros)	Prazo de contrato	Nº de Anos em		Capital em dívida 31/12/2013	Encargos Médios
		N.º do Registo	Data					Decorridos	Remanescentes		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (8)-(9)	(11)	(12) = (11)/(9)
29-09-1999	22-10-1999	14020	26-11-1999	Empréstimo para Investimentos/diversos (N)	CGD	723.256,95 €	20	14	6	358.144,25 €	59.690,71 €
29-06-2001	12-10-2001	Isento		Intempéries DL 38/C-2001 (I)	CGD	249.398,95 €	20	12	8	124.785,79 €	15.598,22 €
29-06-2001	12-10-2001	Isento		Intempéries DL 38/C-2001(I)	CGD	454.130,55 €	20	12	8	262.227,72 €	32.778,47 €
27-04-2001	08-04-2002	1127/02	10-05-2002	Arranjo Urbanístico da Rua C	CGD-BEI	149.484,00 €	15	11	4	42.350,05 €	10.587,51 €
27-04-2001	08-04-2002	1130/02	10-05-2002	Arranjo Urbanístico da Rua S	CGD-BEI	67.597,09 €	15	11	4	19.150,78 €	4.787,70 €
27-04-2001	08-04-2002	1129/02	10-05-2002	Conclusão das redes de Sane	CGD-BEI	90.972,00 €	15	11	4	24.492,48 €	6.123,12 €
27-04-2001	08-04-2002	1128/02	10-05-2002	Pavimentação de Arruamentos	CGD-BEI	72.866,00 €	15	11	4	20.643,54 €	5.160,89 €
27-04-2001	08-04-2002	1400/02	19-06-2002	Conclusão das redes de Sane	CGD-BEI	112.671,46 €	15	11	4	26.213,18 €	6.553,30 €
27-04-2001	08-04-2002	1339/02	19-06-2002	Arranjo Urbanístico da Entrad	CGD-BEI	70.499,90 €	15	11	4	21.637,62 €	5.409,41 €
27-09-2002	04-11-2002	3415	09-04-2003	Pavimentação Arruam. Aguas	BCP	253.588,34 €	20	10	10	143.294,80 €	14.329,48 €
27-09-2002	04-11-2002	3414	09-04-2003	Pavimentação Arruam. Sendm e Duas Igrejas (N)	BCP	304.016,70 €	20	10	10	171.557,69 €	17.155,77 €
24-09-2004	02-11-2004	2686	13-01-2005	Saneamento Financeiro (N)	BES	650.000,00 €	12	8	4	211.250,00 €	52.812,50 €
25-09-2006	03-11-2006	1946	15-11-2006	Investimentos - Diversos - Rateio 2006 (N)	CGD	930.000,00 €	10	7	3	426.249,99 €	142.083,33 €
29-12-2008	06-04-2009	841	10-07-2009	PREDE - Programa de Reg. Extraordinária de Dívidas (N)	DGTF	1.556.000,00 €	10	4	6	1.556.000,00 €	259.333,33 €
28-09-2012	16-11-2012	1702/2012	11-04-2013	Saneamento Financeiro (N)	CGD	1.175.835,69 €	12	0	12	1.175.835,69 €	97.986,31 €
28-09-2012	21-11-2012	1703/2012	11-04-2013	Saneamento Financeiro (N)	CCAM	1.175.835,70 €	12	0	12	1.175.835,70 €	97.986,31 €
28-09-2012	21-11-2012	1701/2012	08-03-2013	PAEL- Programa de Apoio à Economia Local	DGTF	3.502.997,22 €	14	0	14	1.956.660,23 €	139.761,45 €
TOTAIS						11.539.150,55 €				7.716.329,51 €	968.137,78 €

O Quadro seguinte avalia o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. Que conforme se constata o Município cumpre e supera em 537.947,21 €.

Designação	Valores
Receita Corrente Bruta (1)	8.851.210,96 €
Despesa Corrente (2)	7.345.125,97 €
Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazos (3)	968.137,78 €
Saldo = (1) - (2) - (3)	537.947,21 €

4. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Nos termos do PAEL, todos os Municípios que contraíram um empréstimo no âmbito do PAEL, em fase de prestação de contas, devem apresentar informação sobre a aplicação do PAEL e a implementação das medidas apresentadas no PAF, quer em anexo aos seus relatórios de prestação de contas devidamente publicados, quer junto da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Para esse efeito a DGAL procedeu à criação de modelo, de forma que a informação a apresentar por todos os Município apresenta-se a mesma estrutura.

A informação para efeitos de acompanhamento e monitorização do PAEL é efetuada mediante o preenchimento e envio dos seguintes quadros – Quadros I a IV -, em anexo:

QUADRO I: Síntese da Situação financeira Atual e Previsões de Evolução.

QUADRO II: Medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro.

QUADRO III: Evolução Previsional da Receita e da Despesa.

QUADRO IV: Mapa previsional da Evolução da dívida por curto e médio e longo prazo e do serviço da dívida de EMLP (Dívida em 31/12/2015).

Constam em anexo às Contas do Ano de 2015 os referidos mapas, remetidos à DGAL em inícios de fevereiro do corrente ano, não tendo sido objeto, até à presente data, de objeções/observações por parte da DGAL.

De salientar que estes mapas remetidos para apreciação e conhecimento da digníssima Assembleia Municipal na sessão ordinária ocorrida em fevereiro não sofreram alterações com as operações de fim de exercício do ano 2015.

5. Proposta de Aplicação de resultados

Para cumprimento do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, o executivo propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício de 2015, no montante de 25.510,41 €, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais	5.000,00 €
Resultados Transitados	20.510,41 €

6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

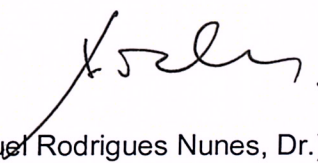
Não se verificaram factos relevantes após o termo do exercício.

7. Disposição Final

De acordo com a alínea I) do número 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, venho submeter à aprovação pela Digníssima Câmara Municipal o Relatório de Gestão e demais documentos que compõem a Conta de Gerência de 2015.

Miranda do Douro, 04 de abril de 2016

O Presidente da Câmara



(Artur Manuel Rodrigues Nunes, Dr.)